

Água, riqueza da vida

Mônica Lopes

A água não tem o brilho do ouro, mas tem a riqueza da vida. Talvez por isso tenha sido instituído o Dia Mundial da Água, comemorado neste 22 de março, e o Brasil tenha se preocupado em estabelecer sua política nacional de recursos hídricos, desde 1997, quando aprovou a lei federal nº 9.433.

A gestão dos recursos hídricos é estratégica para o desenvolvimento de qualquer nação, pois a quantidade de água no planeta é imutável. Sua qualidade, porém, só vem piorando ao longo dos anos. A população continua a crescer, novas indústrias exigem mais água e há necessidade crescente de irrigação para produção de alimentos. Além disso, todas essas demandas - consumo doméstico, industrial e agrícola - geram efluentes que, tratados ou não, são lançados nos rios e no solo.

A política brasileira de recursos hídricos toma, como unidade de gestão, a bacia hidrográfica, que é uma área do terreno delimitada a partir de um ponto no rio. E, a partir dali, vai seguindo as partes mais altas do terreno chamadas de divisores de água, daí retornando para o ponto inicial, fazendo com que toda a precipitação pluvial seja drenada para este ponto do rio principal. A lei federal nº 433/97 também prevê que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação de usuários (companhias de água e esgoto, indústrias, companhias de navegação, mineradoras e outros), com 40%; sociedade civil (ONGs, OAB, Crea, câmaras de vereadores, sindicatos, associações de moradores, universidades etc.), com 40%; e poderes públicos, com 20%, compondo o que é chamado de comitês de bacia.

Outro ponto importante dessa lei é que a matéria-prima água é dotada de valor econômico, cuja cobrança servirá como forma de regular seu uso e, ao mesmo tempo, gerar recursos para conservação das bacias hidrográficas. No Brasil, atualmente, somente os estados do Ceará, São Paulo e, recentemente, o Paraná estão cobrando pelo uso da água. Essa cobrança não deve ser confundida com o serviço de captação, tratamento e distribuição até nossas torneiras com condições potáveis. Em alguns países da Europa, já é prática antiga a cobrança pela matéria-prima água. O Brasil, que vive na ilusão de ter 12% da água doce de todos os continentes, 80% dos recursos hídricos estão concentrados na Amazônia, onde moram somente 5% da população. Com essa preocupação, em 1998, foi aprovada pelo governo do Estado de Santa Catarina a criação, em Joinville, do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte (CCJ), composto por usuários, sociedade e poderes públicos, com a assessoria técnico-científica da Univille para elaborar o diagnóstico e prognóstico das disponibilidades e demandas hídricas, de forma a subsidiar a elaboração do plano de gestão dessa importante bacia que garante 70% da água consumida na cidade de Joinville.

Dos 15 comitês catarinenses, o CCJ é o que vem democraticamente construindo com a sociedade seu plano, a ser concluído neste ano. E, assim que a lei estadual for aprovada, vão ser deflagrados projetos que compatibilizem os diferentes usos dos recursos hídricos da bacia, de forma a garantir água para as futuras gerações.

Salve o Dia da Água!

Mônica Lopes - geóloga, professora universitária ----- e-mail: mlopes@univille.br

Artigo publicado no Jornal A Notícia - 22/03/2006